

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO- POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

REFERENCES AND ETHICAL-POLITICAL IMPLICATIONS OF DOCTRINAL THOUGHT IN THE PROFESSIONALIZATION OF SOCIAL SERVICE IN BRAZIL

Juan de Sá¹

RESUMO

O presente artigo discute a influência do humanismo cristão na gênese da profissão de Serviço Social no Brasil, a partir dos desdobramentos do Movimento de Reação Católica e as suas principais referências teórico-metodológicas. Trata-se de uma análise qualitativa dos fundamentos do pensamento conservador na profissão e suas respectivas implicações ético-políticas nas respostas dadas às expressões da “questão social”, partindo de uma pesquisa bibliográfica. Em suma, o Estado refuncionaliza os esforços que a Igreja Católica desempenha para recuperar a sua influência ideológica; e os elementos doutrinários na formação dos primeiros assistentes sociais endossaram perspectivas e práticas moralizantes e higienistas de controle e a repressão dos trabalhadores, com uma ênfase eugenista para a população negra, visando uma harmonia entre as classes fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Profissionalização; Pensamento doutrinário; Humanismo cristão.

ABSTRACT

This article discusses the influence of Christian humanism on the genesis of the Social Work profession in Brazil, based on the developments of the Catholic Reaction Movement and its main theoretical and methodological references. This is a qualitative analysis of the foundations of conservative thought in the profession and its respective ethical and political implications in the responses given to

¹ Bacharel em Serviço Social. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito, Justiça e Sociedade (DJUSS/UFAL/CNPq). E-mail: juan.sa@fsso.ufal.br

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

expressions of the “social question”, based on bibliographical research. In short, the State refunctionalizes the efforts that the Catholic Church makes to recover its ideological influence; and the doctrinal elements in the training of the first social workers endorsed moralizing and hygienist perspectives and practices of control and repression of workers, with a eugenicist emphasis on the black population, aiming at harmony between the fundamental classes.

KEYWORDS

Social Work; Professionalization; Doctrinal thinking; Christian humanism.

1. INTRODUÇÃO

O serviço social é uma das profissões que constituem a divisão social do trabalho no Brasil há quase um século. Pela vasta experiência na elaboração, execução e avaliação de políticas sociais, prestação de serviços sociais, oferta de orientações socioassistenciais, entre outras funções técnicas e científica, possui um vasto acúmulo de contato, intervenção e produção de conhecimento acerca da realidade social brasileira, das políticas sociais nacionais, do público usuário delas e dos seus respectivos direitos sociais.

No meio desse acúmulo, também encontram-se os estudos acerca dos seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos, que reúnem as explicações quanto às justificativas de emergência da profissão, da sua utilidade em meio às relações sociais e a delimitação do que é reconhecido enquanto objeto de intervenção do serviço social. De acordo com Montañó (2007), as argumentações a respeito da natureza e da gênese profissional podem ser divididas em duas grandes teses explicativas, “alternativas e mutuamente excludentes” (p. 19): uma *tese endogenista*, de cunho *focalista*, e outra *tese histórico-crítica*, *totalizante*.

Os autores concentrados na primeira tese defendem que o serviço social é um produto da evolução das práticas de ajuda, caridade e filantropia, que atingem o nível de profissão a partir do processo de organização e tecnificação dessas ações, agora direcionadas às expressões da “questão social”². A processualidade histórica não é resgatada e a profissionalização é

² Partimos do entendimento de que a “questão social” é “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

entendida a partir das decisões individuais dos seus agentes e demais elementos internos³ (Montaño, 2007).

Em oposição, a tese histórico-crítica reconhece que o serviço social é um produto da relação de enfrentamento estabelecida entre os projetos político-econômicos da burguesia (de manutenção da sua posição dominante) e da classe trabalhadora, materializado enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho. Não significa uma *evolução*, mas uma *ruptura* com as práticas anteriores executadas na gestão das expressões da “questão social”, devido a criação de uma nova forma de mediação dos conflitos: as políticas sociais. Gestadas pelo Estado burguês na sociedade capitalista da era monopolista, é por meio delas que criam-se os órgãos assistenciais e, conseqüentemente, a necessidade de técnicos especializados para ocupá-los. Entre eles, o assistente social (Montaño, 2007).

Netto (2006, p. 69), expoente histórico-crítico, aponta a necessidade de abordarmos os processos econômicos, sociais, políticos e teórico-culturais, sob a perspectiva de totalidade, para entendermos a emergência da profissão sem transformar os seus fundamentos em uma “crônica essencialmente historiográfica e linear” (p. 69). No conjunto desses elementos determinantes da gênese do serviço social, está a influência da Igreja Católica e do seu pensamento doutrinário. O serviço social tradicional foi norteado pela doutrina social católica, que estabelecia uma determinada forma de leitura e enfrentamento das adversidades gestadas pelos conflitos entre a burguesia e os trabalhadores. Diante das relações sociais vigentes, ela firmou nos primeiros assistentes sociais um perfil interventivo moralizante, de natureza conservadora (Yazbek, 2018).

A criação dos espaços sócio-ocupacionais e da demanda pelo serviço social, no mercado de trabalho, será o ponto de partida do seu processo de profissionalização. No cerne da gênese profissional, Netto (2006) aponta a existência de uma *relação de continuidade* e uma *relação de ruptura* que a configura. A primeira indica que a influência ideológica exercida pela Igreja Católica na cultura e nas intervenções de cunho caritativo (uma das principais formas preexistentes de lidar com a “questão social”) é reconduzida durante a profissionalização do serviço social. No campo político-operativo, ocorre uma “refuncionalização de referências e

³ Trata-se de uma perspectiva focalista por atribuir apenas aos interesses/opções particulares dos sujeitos os subsídios do processo de profissionalização, reduzindo os eventos históricos a cenários das etapas do desenvolvimento profissional e não como elementos determinantes (Montaño, 2007).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais se vinculam” (p. 71). Por isso, a condição de continuidade⁴.

No que se refere à condição de ruptura, Netto (2006) discorre que os agentes são incorporados em atividades cuja lógica é determinada pela funcionalidade que cumprem no plano sociopolítico, visto o objetivo dominante de implementação das políticas sociais. Não se tratam mais de ações que são apenas objetivadas e controladas pelos agentes, mas que cumprem uma finalidade que justifica a necessidade do seu assalariamento. A profissionalização não se concretiza por meio de um “mero desenvolvimento imanente” (p. 71) entre as protoformas e o nível profissional, mas por uma ruptura do último com as anteriores.

As formas institucionalizadas das protoformas do serviço social executavam práticas que partiam mais de motivações ético-morais (de cunho religioso) do que das demandas sociais mais estruturais. Além disso, elas eram enxergadas como exteriores à lógica do mercado. Apenas quando a ação profissional passa a ser direcionada a partir de diretrizes colocadas mediante o vínculo do trabalho assalariado, por meio das instituições assistenciais do Estado, é que ocorre o *deslocamento* que altera substancialmente o significado da sua *práxis* e concretiza a ruptura que define a profissionalização, no encadeamento da “ordem societária comandada pelo monopólio” (Netto, 2006, p. 73).

Determinada pela ordem monopolista e mediada pelo Estado, a ruptura com as ações preexistentes possibilita a legitimação jurídica dos agentes enquanto indivíduos que desempenham uma função na divisão social do trabalho (legalmente reconhecida) e a sua laicização. O laicizar da categoria, no avançar da sua legitimidade técnica, não significa o abandono dos princípios confessionais na *autorepresentação*⁵ dos agentes, nem do interesse das instituições que partilham desse ideal em exercer influência teórico-prática na ação deles (Netto, 2006).

Em face do exposto, o presente trabalho tem por objetivo explicitar, historicamente, a influência do pensamento doutrinário no trajeto de profissionalização do serviço social no Brasil e a forma como este se manifesta nas intervenções voltadas às expressões da “questão social” no período da gênese profissional. Realizou-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a apreensão dos subsídios teórico-culturais difundidos pela Igreja Católica, que foram

⁴ A manutenção das referências ideológicas, práticas e institucionais ocorre porque não há a possibilidade de criação de uma profissão “a partir do nada” (Netto, 2006, p. 71).

⁵ A autorepresentação é a forma como os assistentes sociais compreendem, pelos princípios pessoais que admite (sejam eles religiosos ou não), o significado social da função que exerce.

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

empregados pelos primeiros assistentes sociais na leitura da realidade social, gerando desdobramentos ideopolíticos e práticos na execução das ações técnicas: um projeto estrutural de recuperação da sua influência ideológica medieval, apropriado e refuncionalizado pelas classes dominantes com vistas ao controle dos trabalhadores, com ênfase para as massas escravizadas.

2. COMPONENTES HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1. A doutrina social da Igreja e a Ação Católica

Se considerarmos que o serviço social emerge com o amadurecimento da sociedade capitalista, lembramos que também são circunstâncias históricas em que a influência da Igreja segue se alterando pela reorganização econômica e política determinada pelo novo modo de produção. A isso, se somam a consolidação do protestantismo e o avanço do racionalismo, que disputam o campo ideológico nas explicações dos fenômenos sociais.

Essa perda de hegemonia no imaginário social não é encarada com uma posição passiva. Diversas estratégias são empregadas para a retomada desse poder, sobretudo na América Latina. Entre elas, está a mobilização dos religiosos para a participação na Ação Católica (conjunto de ações sociais de finalidade cristã-católica) (Castro, 2000), que construía

[...] um projeto mais geral de *reforma social*, cujo principal conteúdo era a luta pela recuperação da hegemonia cristã, quando esta começou a perigar em função tanto da influência marxista quanto da proposta liberal. O combate contra a secularização e a racionalidade que acompanham a expansão do capitalismo assumiu o caráter de utopia social, inspirada no passado da hegemonia ideológica da Igreja sobre a sociedade e o Estado, e consistia na tentativa de restaurar este domínio perdido (Castro, 2000, p. 50, grifo do autor).

A Igreja possui, de acordo com Castro (2000), um mecanismo centralizado para transmitir os seus ideais doutrinários e disseminar diretrizes para a prática individual e coletiva da religiosidade católica: as encíclicas papais. Esses documentos exercem influência na concepção de realidade e nas ações dos sujeitos que aderem (consciente ou inconscientemente) ao seu material. Para o autor, as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* “encorparam” a profissionalização do serviço social não apenas como material teórico, mas pela influência exercida ideologicamente nos primeiros centros de formação, inclusive por meio autorepresentação dos sujeitos envolvidos (estudantes e professores).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Através da encíclica *Rerum Novarum* — escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891 —, a Igreja se posiciona acerca do acirramento da luta de classes e do fortalecimento da alternativa socialista frente à organização política do proletariado. A partir de Castro (2000), destacamos os seguintes elementos da comunicação doutrinária:

- A Igreja reconhece as mazelas advindas da organização industrial da produção, se opondo à usura dos capitalistas e à exploração da força de trabalho executada por eles;
- Também reconhece e se opõe à forma política de enfrentamento estabelecida pelo proletariado, com crítica enfática ao socialismo. Para ela, a propriedade privada é um direito natural concedido por Deus, com base em distribuição não equitativa, justificando (e até ratificando como “necessárias”) a gritante desigualdade entre as classes. A sociedade e o Estado partem de uma organização guiada pela vontade divina e ir contra é ferir a “justiça natural”;
- Estimula a humanização na relação capital x trabalho. A união e adaptação “natural” entre as classes deve ocorrer para a harmonia pairar no campo social. Comportamentos não-combativos são orientados ao proletariado e de respeito à “dignidade da pessoa”, com base no humanismo cristão⁶, aos capitalistas;
- O Estado é incentivado a criar instituições voltadas ao bem-estar físico e moral do proletariado, como forma de alívio a sua condição. Não obstante, indica o dever de cooperação entre os operários católicos por meio de associações.

Observamos que, frente aos conflitos da sociedade capitalista, a estratégia católica é a reivindicação de seu lugar de “guia” para a coesão social. Através disso, passa do nível ideológico de conciliação entre as classes⁷ e apresenta meios para a materialização dessas ações mitigadoras, concentradas no assistencialismo e no incentivo à cooperação entre os trabalhadores (Castro, 2000).

A segunda encíclica, *Quadragesimo Anno* — Papa Pio XI, 15 de maio de 1931 —, possui um tom mais incisivo, frente ao recrudescimento do paganismo e da secularização (Castro, 2000). Ainda conforme Castro (2000), destacamos que:

⁶ O humanismo cristão baseia-se nos princípios neotomistas (dignidade natural e perfectibilidade do ser, inteligência racional, direção ao bem comum etc.), articulados com a perspectiva do “humanismo integral” do filósofo católico Jacques Maritain (Yazbek, 2018, p. 52).

⁷ O caráter apaziguador das soluções propostas é exposto na proposta de que, aos burgueses, “se tinha de inculcar os deveres de justiça e caridade; aos pobres, havia que lhes dar consolo para aceitarem a sua condição de despossuídos. Se cada uma das classes atendessem a estas recomendações, seria possível não só a amizade, mas também um ‘verdadeiro amor fraterno’” (Castro, 2000, p. 58).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

- É enfatizada a importância do enriquecimento da doutrina social da Igreja (fortalecida nas décadas entre as encíclicas) e a necessidade da sua disseminação no tecido social, por meio da Ação Católica, para alcançar os “outros filhos”;
- A função de “cuidado com a questão social” é direcionada aos agentes que devem assumir as “duras batalhas” como “bons soldados de Cristo”;
- O estudo técnico é incentivado como forma de superar as limitações que o trabalho voluntário tradicional impõe às ações assistenciais;

Então, esse estímulo ao estudo voltado às ações assistenciais, disposto nas encíclicas, representava a tentativa de defesa eclesial da sua função de gestora central da vida social e da sua capacidade de gerir as ações de apoio aos que sofrem por algum tipo de infortúnio. O impulso católico conservador de desenvolver práticas de “reforma do homem dentro da sociedade” (Iamamoto, 1992, p. 29) engendra uma militância “na causa do capitalismo harmonioso” (Castro, 2000, p. 67). Assim, os espaços sócio-ocupacionais emergentes no âmbito do Estado burguês se alimentam de um acervo de “agentes ajustadores” dos sujeitos, disponibilizado pela Igreja.

2.2. Entre o *social work* e o *social service*

O resgate da influência da doutrina cristã na profissionalização do serviço social no Brasil deve ir além das suas raízes nacionais. Na realidade, encontramos ela na gênese histórica da profissão no mundo, localizada no continente europeu, no início do século XX. Datam dela as consideradas protoformas do serviço social, constituintes da supracitada relação de continuidade.

Os primeiros países que profissionalizaram o serviço social, europeus e norte-americanos, trilharam rotas diversificadas. Para Martinelli (1997), a partir da consolidação das Sociedades de Organização da Caridade (SOC)⁸ nesses territórios, se estabeleceram uma *perspectiva europeia* e outra *americana* de profissionalização dos agentes sociais. Entre as divergências, estava a perspectiva de representação dos agentes europeus e norte-americanos exposta na nomenclatura da emergente profissão. As SOC estadunidenses defendiam o *social work* ao invés do *social service* europeu:

⁸ A emergência da sua primeira agência, em Londres, data de 1869.

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Consideravam os membros dessa corrente da Sociedade que o termo *trabalho* (*work*) caracterizava com mais precisão a dimensão profissional da atividade dos agentes sociais, evidenciando a diferença dos procedimentos caritativos voluntários dos membros da comunidade, a partir de motivações pessoais e religiosas. Muito presos ainda à noção de caridade, historicamente associada à prática da assistência, os termos utilizados pelas Sociedades europeias, Serviço Social e assistente social, acentuavam o caráter de uma prática servil, de doação, de ajuda, de prestação de serviço (Martinelli, 1997, p. 111-112, grifos da autora).

Se o movimento norte-americano buscava a tecnificação laica, pela separação com a doutrina católica, as SOC europeias se empenharam no estreitamento desse laço para reiterar a visão doutrinária servil, de doação pessoal, com que concebiam o serviço social. De modo geral, a doutrina social da Igreja considerava que os problemas sociais decorrentes da ordem capitalista iam contra os seus princípios éticos (Martinelli, 1997).

A relação entre o serviço social com a Igreja foi estabelecida como forma de reparar, estrategicamente, determinadas fragilidades:

[...] à Igreja Católica interessava servir-se dos conhecimentos científicos e procedimentos técnicos do Serviço Social para expandir sua doutrina, difundir os princípios do catolicismo, de modo a conquistar novos adeptos e manter sua posição hegemônica em um mundo que igualmente se expandia; ao Serviço Social interessava servir-se da sólida estrutura da Igreja, muito bem instalada na maior parte dos países europeus para difundir e ampliar suas ações profissionais (Martinelli, 1997, p. 113).

Não obstante, o caráter confessional não foi o único elemento de divergência na abordagem adotada pelo serviço social europeu. Os agentes norte-americanos seguiram uma linha fundamentada em conhecimentos da psicanálise e da psicologia para desenvolver abordagens individuais para a reforma do caráter individual com vistas à serenidade da sociedade (Martinelli, 1997).

Por outro lado, as SOC da Europa buscavam elaborar intervenções mais grupais que individuais, considerando que havia a possibilidade de fortalecer a sociedade para que não perdesse o seu “equilíbrio” frente aos “problemas sociais”. Para isso, aproximaram-se de fundamentos sociológicos conservadores. A matriz positivista, inteirada pelo funcionalismo durkheimiano, entende que os problemas sociais deveriam ser respondidos por um “rigoroso controle moral sobre os indivíduos ou grupos portadores ou manifestantes dos problemas [...] [para] garantir a organização e o funcionamento adequado da sociedade” (Martinelli, 1997, p. 116). Essa percepção será articulada com o pensamento doutrinário, aprofundando a dimensão

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

de repressão e da necessidade do ajustamento dos indivíduos nos moldes da ordem burguesa (Martinelli, 1997).

A criação da primeira Escola Católica de Serviço Social na França torna-se um marco relevante não apenas pela institucionalização de um polo especializado da formação doutrinário-profissional, mas também pelo movimento multiplicador dessa vertente do serviço social por toda a Europa e, posteriormente, América Latina. Essa influência foi mediada pela criação e o espraiamento dos Núcleos de Assistentes Sociais Católicos, que desaguaram na criação da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) (Martinelli, 1997).

Para Castro (2000), a UCISS não foi apenas um mero espaço de aplicação do pensamento doutrinário. Ela também se constituiu enquanto espaço para o seu aperfeiçoamento:

[...] o próprio Serviço Social da época, europeu e latino-americano, não é somente, em parte, resultado de uma proposta da Igreja, mas ator e autor da gênese do novo pensamento social cristão, como depois o seriam - em grau e amplitude superiores - os próprios partidos políticos de cariz cristão (Castro, 2000, p. 62).

Frente a isso, a profissionalização do serviço social no Brasil tem relação direta com os movimentos mais amplos da Igreja Católica pela retomada de sua hegemonia, com um caráter prático de atividade política, explicam Iamamoto e Carvalho (2014). O movimento católico de mobilização dos leigos para a Ação Social se fortalece na década de 1930, frente ao contexto de acirramento da “questão social” no país, fomentando a criação da profissão enquanto “departamento especializado” (p. 149) da proposta de reorganização das ações sociais católicas. A análise desses movimentos, apontam os autores, deve partir do entendimento da forma como a Igreja se põe na relação entre as classes sociais e da forma como a relação das unidades nacionais com o Vaticano são direcionadas para aproximação com a linha política francesa e italiana.

Esse movimento de capilarização se materializou a partir da construção de aparatos como a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, entre outros. Também foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), com a intenção de formar os jovens à ação social católica, sendo o órgão de extrema relevância para o processo de profissionalização do serviço social. O CEAS tinha influência da Escola de Serviço Social de Bruxelas, na Bélgica, e inspirou a criação das primeiras escolas nacionais voltadas à formação de assistentes sociais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1936 e 1937, respectivamente (Castro, 2000).

3. DESDOBRAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

Entender que as primeiras escolas brasileiras de serviço social são dirigidas por agentes católicos evidencia que a profissionalização no Brasil esteve determinada por um movimento macro de manutenção conservadora⁹. A função a ser desempenhada significava, por um lado, uma militância prática pela recristianização da sociedade e, por outro, representava uma estratégia de condução dos indivíduos ao “equilíbrio natural”.

Há de se precisar que, no Brasil das primeiras décadas do século XX, o perfil dos trabalhadores que tensionavam esse equilíbrio idealizado estava distante da homogeneidade¹⁰ vivenciada na Europa¹¹. O ordenamento econômico e sociopolítico brasileiro foi escravagista por muitos séculos e a sua diluição exigiu uma série de medidas de amparo à população negra, vista a impossibilidade formal de manutenção das relações de trabalho forçado a partir de 1888. O Estado precisaria delinear uma nova “integração” para tal segmento, porém

[...] não implementou políticas que impulsionaram a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente *libertos(as)* e aptos(as) a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado [...] (Gonçalves, 2018, p. 515, grifo da autora).

Tal negativa demonstrava que “a realidade de barbárie vivenciada pelos/as negros/as pouco se modificou com a abolição formal da escravidão” (Moreira, 2020, p. 86), pois o projeto societário almejado pelo país era “branco e capitalista” (Gonçalves, 2018, p. 517) e o “catolicismo romantizado” (Ferreira, 2010, p. 145) será um dos seus pilares.

Segundo Yazbek (2018, p. 52), a influência doutrinária na formação dos primeiros assistentes sociais gerou intervenções de cunhos individualizante, psicologizante e moralizante. As ações profissionais se voltam para contribuir com o “caráter” dos indivíduos, a partir da interferência em seus valores e comportamentos. Por meio desse humanismo conservador, a

⁹ Iamamoto (1992) destaca que a Ação Social e a Ação Católica são fontes preferenciais de recrutamento de assistentes sociais na gênese da profissão.

¹⁰ Concordamos com Gonçalves (2018) no entendimento de que homogeneizar a classe trabalhadora pode acarretar em análises que negligenciam a questão racial. Ela é, de fato, o “*nó da questão social*” (p. 519, grifos da autora) no contexto brasileiro.

¹¹ Ao tratar da Inglaterra do século XIX, o autor descreve as circunstâncias de desigualdade e miséria pelas quais os trabalhadores acusaram a sociedade inglesa de praticar, continuamente, um “*assassinato social*” (Engels, 2010, p. 69, grifo do autor).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Igreja enfrentava as concepções socialista e liberal, enquanto induz a aceitação das condições de expropriação e exploração vivenciada pelos trabalhadores.

Não obstante as duras circunstâncias de vida que acometiam a maior parte da população brasileira no período, contra a parcela negra ainda fora implementado um projeto de aniquilamento: a catalisação de ideais racistas em narrativas e intervenções das classes dominantes e do Estado, com vistas ao apagamento dos trabalhadores negros de sua história. “Expulsão, isolamento, violência sacramentaram o percurso que classificaria os(as) negros(as) como *suspeitos(as) preferenciais* ou *classes perigosas*, antes mesmo de terem a possibilidade de se constituírem como *classes laboriosas*” (Gonçalves, 2018, p. 518, grifos da autora).

Na dinâmica desse projeto racista de exclusão, alguns elementos precisam ser destacados enquanto partícipes da racionalidade imperante: a ideologia de branqueamento e o mito da democracia racial (Moreira, 2020). Se antes as narrativas de legitimação da escravização de pessoas negras utilizavam características biológicas para indicar a sua aptidão para o trabalho forçado, no contexto pós-abolição elas passaram a vincular tal segmento à ociosidade, imoralidade e desqualificação, por diversas vezes apontando-as enquanto responsáveis pelos problemas no desenvolvimento da sociedade brasileira. Nas bases de legitimação desses estereótipos, estavam argumentos científicos de cunho racista consolidados no século XIX (Gonçalves, 2018).

A partir da crença de que a mão-de-obra ex-cativa não seria adequada para os moldes de sociedade/produção capitalista idealizados, o Estado atraiu a mão-de-obra europeia por meio de políticas imigratórias, discorre Gonçalves (2018). À massa ex-escravizada, ele recrudesciu suas ferramentas de vigilância (polícia) e criminalização (legislação penal) para gerir a conflitualidade social decorrente da negligência socioassistencial por um poder público que,

[...] alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu *defeito de cor*. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas (Gonçalves, 2018, p. 518, grifo da autora).

Diante disso, observamos que o Estado brasileiro se empenhou na construção, poucos anos após a abolição, de um estereótipo de delinquência para essa massa impelida para além

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

das margens da sociedade. Antes de ser abarcada pelo mercado de trabalho ou por uma política assistencial (que, mesmo depois de implementada, não a cobrirá), foi estabelecida enquanto alvo principal das práticas caritativas e moralizantes, assim como do sistema punitivo.

Essas são as determinações que formulam o perfil majoritário do público-alvo do serviço social durante a estruturação de sua profissionalidade. No cerne das relações de continuidade e de ruptura que constituem tal período, está o fato de que os interesses das classes dominantes, catalisados no Estado, refuncionalizam politicamente as ações caritativas já desempenhadas pela Igreja. Gradativamente, a profissão transiciona do exercício de ações estritamente caritativas para as de cunho assistencial, de ampla influência ideológica na vida da classe trabalhadora (Gonçalves, 2018).

Por outro lado, o suporte analítico doutrinário oferecido na formação dos primeiros assistentes sociais torna as primeiras décadas da profissão amplamente marcada pela “caridade, o messianismo, o espírito do sacrifício, a disciplina e a renúncia total” (Castro, 2000, p. 64). Nessa perspectiva, as ações profissionais estariam para além das relações de trabalho (o anti-capitalismo das encíclicas) (Netto, 2006, p. 72). Elas cumpriam um propósito religioso-pessoal que ignorava a realidade material e, portanto, contribuía para a perpetuação das relações sociais postas.

Baseadas em princípios eugenistas e higienistas, tais intervenções moralizantes e de reforma se voltam, majoritariamente, para a parcela negra da população, “alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social” (Gonçalves, 2018, p. 518). Portanto, enfatizamos que não será apenas a raiz no pensamento doutrinário que induzirá intervenções de culpabilização dos trabalhadores por sua situação de miséria. A forma estratégica que as respostas burguesas à “questão social” são implementadas, pela via das políticas sociais, também pulveriza as demandas sociais de forma a parecerem problemas isolados, individuais (Netto, 2006; Yamamoto, 1992).

Moreira (2020) explica como os assistentes sociais se tornam expoentes da naturalização da “pobreza negra”:

Estando o pensamento eugenista impregnado nas entranhas mais profundas da sociedade, ele se estabeleceu como referência para normatização das relações desiguais entre os grupos racializados e a profissão não ficou alheia a essa realidade, pelo contrário, foi peça fundamental desse processo. Nesse aspecto, a naturalização da condição desumana que vivenciava a população negra, não apenas contribuiu para a falta de percepção crítica pelo Serviço Social da sua condição de pobreza e espoliação na sociedade, como também cooperou para que a profissão naturalizasse a

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

pobreza negra enquanto fruto de uma suposta baixa moralidade entre os/as negros/as (Moreira, 2020, p. 90).

Um dos desdobramentos mais dramáticos dessa naturalização foi a negação de acesso aos negros às obras sociais. Na década de 1950 ainda existiam órgãos assistenciais, inclusive católicos, que utilizavam a cor de pele como requisito para acesso, porque o nível de ajustamento requisitado para a população negra seria diverso ao da parcela branca e misturá-las poderia “contaminar” essa última. Não obstante, quando se conseguia o acesso, era possível que esse mesmo requisito não fosse registrado nos instrumentos do serviço social, exceto se fosse para indicar um “cliente” de cor branca ou para reforçar estereótipos de marginalização (Ferreira, 2010; Moreira, 2020).

Em um dos seus diários, Carolina Maria de Jesus (2014) descreve uma experiência de busca à sede do Serviço Social em São Paulo, em junho de 1957 (duas décadas após a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil), devido a um episódio de adoecimento. Em situação de incapacidade laborativa, ela buscava assistência para alimentar os filhos. Depois de retornar ao Palácio e problematizar o não atendimento de sua demanda pelo Serviço Social da Santa Casa¹², um funcionário do órgão mandou prendê-la. Ainda sobre o atendimento prestado por assistentes sociais, a autora é enfática ao afirmar que o que lhes interessava eram “os nomes e os endereços dos pobres” (p. 36).

Esse relato ilustra como, ainda que as práticas racistas não fossem explícitas e diretas, “os profissionais do Serviço Social produziam o mesmo resultado por vias mascaradas e indiretas” (Ferreira, 2010, p. 167). Também mostra como as mulheres negras foram as maiores vitimizadas pelo racismo institucional exercido pelos órgãos públicos (Moreira, 2020). Sobre elas, além da responsabilidade de vigilância sobre suas próprias condutas, ainda recaía a demanda de ajustamento dos demais membros do núcleo familiar (Ferreira, 2010), evidenciando uma articulação entre as opressões racial e de gênero que aprofunda os infortúnios sofridos por tal segmento racializado, decorrentes de um projeto de marginalização e criminalização.

Então, a gênese do Serviço Social foi marcada pela ausência de criticidade dos profissionais frente às demandas atendidas em seus primeiros espaços sócio-ocupacionais. Enquanto “tributário da ideologia racial dominante” (Ferreira, 2010, p. 168), não apreendeu as

¹² Ela descreve, brevemente, o atendimento prestado pelo Serviço Social da Santa Casa: “Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada” (Jesus, 2014, p. 36).

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

determinações reais da situação de miséria e desemprego que assolava os negros e pobres. Longe disso, exerceu ações de “enquadramento dos sujeitos nos modelos concebidos como adequados para família, relações de trabalho, etc., sem considerar sua realidade concreta” (Moreira, 2020, p. 89), reproduzindo uma figura ideal do trabalhador brasileiro que excluía a a maior parte da população (Ferreira, 2010, p. 134). Logo, a categoria contribuiu de forma ativa para a reprodução da racionalidade higienista, de supremacia branca, e para a manutenção das desigualdades vigentes:

[...] qualquer “problema social”, antes de estar relacionado à estrutura do modo de produção operante, era visto como uma questão de cunho moral, e também a partir de princípios religiosos, em que todo indivíduo (leia-se negro/a) que fugia do padrão de “normalidade”, ou seja, do funcionamento ideal para a manutenção da ordem, era tido como desviante e necessitava ser ajustado/a (Moreira, 2020, p. 91).

Concordamos com Netto (2006) na afirmação de que esse “travejamento ideo-político original” (p. 77) evidencia a tendência da profissão de reforço ao sistema capitalista. Interpretar o “problema social” como falta moral tornava possível a reformulação das condutas desses sujeitos que traria de volta a coesão social, a “boa convivência” entre as classes (princípios presentes nas encíclicas).

Tal movimento de manipulação é abordado por Iamamoto (1992), ao afirmar que a emergência do serviço social ocorre mais por bases doutrinárias que científicas. Os profissionais foram recrutados pelas suas capacidades educativas, para desempenhar intervenções ideológicas no trabalho com a família proletária, “numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais” (p. 20). Esses são os moldes de como se

[...] desarma objetivamente o proletariado [...] e como se criam as melhores condições para que os capitalistas consolidem o seu poder e o seu domínio de classe - não só contando com a repressão estatal ou com a sujeição que se estabelece na produção, mas com a ajuda eficaz conferida pela assimilação, por parte do proletariado, de modos de pensar e de viver que são estranhos à sua classe, inculcados por variados meios, entre os quais a ação dos assistentes sociais, cujos *métodos e técnicas de intervenção profissional*, à época, ajustavam-se plenamente a estes propósitos desmobilizadores” (Castro, 2000, p. 66, grifo do autor).

Contudo, se tratando da profissionalização do serviço social no Brasil, tanto o permanente conflito entre as classes fundamentais, quanto o reconhecimento e as respostas estatais à “questão social”, ganham contornos raciais. O eugenismo impregnado no projeto dominante, (sobretudo) na primeira metade do século XX, fez com que as práticas higienistas

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

voltadas aos trabalhadores negros não fossem apenas uma desmobilização para o ajustamento de empobrecidos, mas um extermínio cultural e, não raramente, físico. Um projeto que a doutrina católica potencializou ao defender a harmonia entre as classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a gênese do serviço social a partir de uma abordagem histórico-crítica, apreendemos que a profissão é socialmente configurada por um projeto monopólico de manutenção da ordem vigente. Projeto, esse, que refuncionaliza o *ethos* igualitarista do Movimento de Reação Católica, sobrepondo a necessidade de controle dos trabalhadores às estratégias de recuperação da hegemonia ideológica medieval.

No Brasil, o pensamento doutrinário que norteava a formação dos primeiros assistentes sociais fez com que esses contribuíssem ativamente em um projeto eugenista do Estado brasileiro que, por meio da higiene social, buscava construir o “bom trabalhador” para o progresso da nação. Um constructo que não foi delineado para o segmento negro da população, tornando as suas características uma receita “do que não ser”. Nesse ínterim, os assistentes sociais seriam os responsáveis pelo ajustamento desses indivíduos “inadequados”, contribuindo para a harmonização das relações.

Diversos elementos da influência doutrinária presentes na profissionalização têm rebatimentos até a atualidade, seja na representação que a sociedade faz da profissão ou da autorepresentação dos sujeitos que optam e atuam nela. Para além do voluntarismo, do messianismo, da recorrência a discursos que remetem a análise da realidade ao transcendental (ao invés do material), entre outros, que impedem a leitura crítica do concreto e suas múltiplas determinações; é importante destacar que “os vestígios escravistas não são uma mera lembrança do passado: ao contrário, são remanejados estrategicamente nessa sociedade de capitalismo dependente para garantir sua hegemonia” (Moreira, 2020, p. 88).

De sua gênese até a atualidade, um vasto percurso de amadurecimento foi trilhado pela profissão, até a defesa do vigente projeto ético-político contrário à dominação e à exploração. Dois extremos são observados: de uma gênese diretamente vinculada ao conservantismo à atualidade compromissada com a superação da sociedade capitalista.

Dados apontam que a categoria profissional do Serviço Social é majoritariamente cristã, sobretudo católica (CFESS, 2022), o que evidencia a relevância da discussão das implicações históricas do referencial doutrinário na prática profissional. As políticas sociais são

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

determinadas pela correlação de forças entre as classes e a adesão da ação profissional por determinado lado não é definida (embora seja mediada) apenas pelas escolhas pessoais, mas pela ponderação social (Netto, 2006).

Criticar o pensamento doutrinário não representa impossibilitar os agentes profissionais a seguirem a doutrina social da Igreja (ou qualquer outra diretriz religiosa) no âmbito pessoal. Se trata de um estímulo à reflexão por duas razões: 1) enquanto sujeitos partícipes da sociedade capitalista, o pensamento doutrinário incentiva uma “natureza pacífica” entre as classes. Ou seja, reitera a condição de exploração da classe trabalhadora, apesar de se empenhar de forma curativa nas mazelas que dela se desdobram; e 2) não pode-se perder de vista que, atualmente, as intervenções do serviço social são norteadas por princípios éticos vinculados a um projeto ético-político maior, que caminha numa ótica contrária, de superação dessa sociabilidade e suas hostilidades inerentes. A autorepresentação profissional sofre influência da visão de mundo do agente e, automaticamente, é política. Nesse caso, destacamos a possibilidade de infrações éticas e aplicação de sanções disciplinares.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** CFESS: Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947).** 2010. 203 f. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/759425.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálisis**, v. 21, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

REFERÊNCIAS E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, v. 27, n. 1, p. 83-100, 2020. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>. Acesso em: 05 set. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda. *et al.* (Org.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. P. 44-84.